

Emerge novo uso da língua materna

» MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

Mestra e doutora em educação, professora e integrante de Maria Mulher — Organização de Mulheres Negras

Admiro pessoas com língua afiada simples. Atribuo esta qualificação a quem aproveita a ocasião para fazer brincadeira, piada ou jocosidade desconcertante. Uma pessoa querendo saber o número do telefone de outra, pede que ela lhe dê seu telefone. A dona de língua afiada simples responde, de pronto, que se der o telefone, ficará impossibilitada de conversar com a interlocutora. O objetivo da pergunta era saber o número para o qual ligar. Inexistia o desejo de requisitar o aparelho. Já tive oportunidade de fazer semelhante jogo de palavras. No final, sobraram risos. Inexistiu acidez.

A língua afiada corrosiva é outra possibilidade de emprego da última flor do Lácio, expressão consagrada pelo poeta Olavo Bilac. A pessoa falante, neste caso, aproveita a situação causticamente. A resposta para situação idêntica à relatada apresenta-se destituída de graciosidade. A criatura ao responder apela para discriminações negativas. Usa enfoques de gênero, grupo étnico-racial, presença de diferenças que comumente são chamadas de deficiências, expressão negativa sobre sexualidade, proporcão do corpo... para fazer graça. Na realidade, a personagem de língua afiada corrosiva emite risada estrepitosa, tonitruante e barulhenta. No frígido dos ovos, é uma pessoa chata, deseducada, discriminadora, negativa.

Emerge um novo uso da língua materna. É a língua afinada. Essa possibilidade vem para se juntar à língua que provoca singelo desconcerto e àquela detentora de expressão cáustica. O que significa língua afinada? É o emprego seletivo e consciente da linguagem com objetivo de atuar no desmonte do arsenal de ideias preconceituosas, discriminadoras, negativas e racistas.

A língua afinada visa desconstruir a existência de racismo sutil. Qualquer pessoa tem definição para o substantivo racismo. Há, entretanto, certa confusão no tocante ao adjetivo sutil. Trago definições do Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa, publicado pela Editora Nova Fronteira, em 1995. São possibilidades para sutil: "1. Tênuo, fino, delgado, grácil. 2. Agudo, penetrante, fino. 3. Muito miúdo; quase impalpável. 4. Feito com delicadeza. 5. Que anda sem fazer rumor. 6. Fig. Perspicaz, hábil engenhoso. S. m. 7. Sutileza."



A língua afinada aponta que inexistente racismo sutil. Encontram-se no Brasil milhares de pessoas que repetem, de modo exaustivo e acrítico, tal expressão. A perversidade das múltiplas faces do racismo afasta, abate e impede a combinação entre o substantivo racismo e o adjetivo sutil.

A morte está sempre ligada ao construto racismo. Seja fisicamente, eliminando vidas. Seja no modo simbólico, destruindo sonhos. Cabe re-e-conhecer a pérfida ação do racismo para a faixa etária jovem. Pessoas negras jovens sucumbem diariamente por motivação torpe a partir da existência e efeitos do racismo estrutural em nosso país. Corpos negros adoecem física e mentalmente. É responsável pela eliminação de sonhos de crianças negras e de jovens negros. O racismo rouba oportunidades de jovens negros, prejudicando o florescimento positivo de talentos negros. É de sua responsabilidade a marginalização de milhões de jovens, ao jogá-los à mercê do que lhes sobram. Como essa barbárie pode ser sutil?

A devida designação é fundamental. Inexiste algo salgado que seja doce. Assim, não cabe dizer que a maldade é agradável. Advogo a extinção de frases que dizem ser o racismo sutil no Brasil. A língua afinada se posiciona contra os malefícios do racismo. Conclama para a ação em defesa da vida de pessoas negras. A língua afinada constrói, divulga e evidencia frases potentes.

Racismo é crime! Denuncie! Vidas negras importam! É Hora de deletar os privilégios da branquitude no Brasil! Talentos de pessoas negras exigem incentivos e oportunidades para se desenvolverem! Inexiste sutileza no racismo!

A aplicação da língua afinada é imprescindível para vencer iniquidades. Urge desmontar todas as possibilidades de eliminar vidas negras. Quer venham de projétil de arma de fogo, de humilhação e do corte de oportunidades para o florescimento de talentos de pessoas negras. Inscrevo-me para praticar a língua afinada. E tu? Qual utilização da língua escolhes?

Violência contra a mulher: uma pandemia que precisamos combater

» NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA

Advogada, doutora em direito e presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-DF

» FRANCISCO CAPUTO

Advogado e conselheiro Federal da OAB pelo Distrito Federal. Também foi presidente da OAB-DF (2010 a 2012) e integrante do Conselho da República (2018 a 2021)

Luta pelo fim da violência contra a mulher não é uma empreitada solitária: ela diz respeito a um movimento muito maior, que demanda comprometimento também dos homens com o enfrentamento a uma situação que, calamitosa, agravou-se sobremaneira durante a pandemia do novo coronavírus. Com o propósito de chamar a atenção para a gravidade do problema, a campanha *21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher* acontece, também neste ano, com o apoio da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF). Realizada em 150 países por meio da mobilização da sociedade civil, a ação conta a cada ano com maior conscientização e engajamento da população e do poder público brasileiro.

Apesar da diminuição da violência de gênero nas ruas, a violência doméstica e familiar cresceu, apontam dados da terceira edição da pesquisa *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*, realizada pelo Instituto Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o levantamento, uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ou agressão em 2020. Ou seja, no último ano, cerca de 17 milhões de mulheres foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual. Esses números correspondem a informações

que de algum modo chegaram ao poder público, sem considerar a cifra inviabilizada por ausência de denúncia.

A situação é tão grave que, em mais de uma ocasião, a diretora-executiva da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, a sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirmou que enfrentamos duas pandemias: uma, sanitária, que nos expôs ao risco de contaminação por uma doença até então desconhecida, e, outra, silenciosa e invisível, de violência doméstica.

O mesmo estudo indica que a ofensa verbal foi o tipo de agressão mais frequente no período analisado: cerca de 13 milhões de brasileiras relataram ter sido xingadas e insultadas no próprio ambiente familiar, enquanto 5,9 milhões passaram por ameaças de violência física, como tapas, empurrões e chutes. O cenário é ainda pior se levarmos em conta que outras questões atravessam o sofrimento dessas cidadãs. Segundo o Datafolha, 46,7% das vítimas de violência desde o início da pandemia também perderam o emprego.

Tais resultados escancararam a urgência não somente da ampliação do debate em torno do tema, mas, principalmente, de ações concretas contra esse quadro de barbárie. No caso da OAB, o chamamento para a reversão do panorama é ainda maior, uma vez que a presença feminina na entidade chega a quase 50%, assemelhando-se ao percentual médio

de mulheres no Brasil, atualmente em cerca de 51%. É hora, portanto, de todos se unirem para curar essa chaga social.

Não por outro motivo, no último dia 25 de novembro comemoramos o Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher. A instituição da data é interessante para realçar a importância do tema, mas o enfrentamento há de ser diário! Não podemos esmorecer nesse combate, que impõe o compromisso de todos nós.

Como demonstração do engajamento das instituições para alertar a sociedade sobre essa chaga, a OAB-DF apoia a iniciativa do coletivo Mulheres do Brasil, que realizará a Caminhada pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas neste domingo, 5 de dezembro. A data é emblemática por recordar o episódio misógino, de massacre de mulheres no Canadá, o que desencadeou a Campanha do Laço Branco, que possui como finalidade conscientizar, sensibilizar, envolver e mobilizar homens no enfrentamento pelo fim da violência contra a mulher.

Esse é mais um ato simbólico, mas que se presta a despertar a consciência coletiva sobre a necessidade de contínuos esforços na luta pela igualdade de gênero. Esse é o único caminho para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, um dos objetivos fundamentais da nossa República, na feliz dicção do artigo 3º da Constituição Federal.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vitaliciedade apenas para a ética pública

Numa República que faça jus ao nome e que objetive a universalização do bem público, não caberia, por razões óbvias e éticas, a existência de cargos e outras sinecuras no serviço público, do tipo vitalício. O próprio sentido da vitaliciedade já desconfigura a República naquilo que ela possui de mais característico, que é a impessoalidade e o interesse comum.

Ao se assenhorear de um cargo vitalício, todo e qualquer indivíduo adentra para um mundo onde as leis naturais, que regem outros homens, já não possui mais sentido. Nesse ambiente, distantes anos luz de qualquer sentido republicano, o tempo cuida de amalgamar o cargo, a função e o próprio indivíduo, transmutando tudo num só elemento, em que já não é possível separar e distinguir sujeito e objeto.

O cargo e a função vitalícia representam não só o antípoda da República, como cuida de desmaterializá-la, desmoralizando-a frente a sociedade. Ao transplantar esse modelo próprio da antiga monarquia para a República, o que o instituto da vitaliciedade conseguiu foi a contaminação da correta e isenta prestação dos serviços públicos com elementos personalistas, distantes, pois, aos interesses dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que se afasta das necessidades dos cidadãos e da própria ética pública, a vitaliciedade faz da máquina pública um mecanismo a serviço das elites. Para além de servir como instrumento de impunidade para aqueles que se eternizam nesses cargos, a vitaliciedade cria, aos olhos de todos, cidadãos de primeira e de segunda classes, tornando esses privilegiados e outros, aos quais protegem, blindados pelo manto de intocabilidade, livres de quaisquer punições, mesmo que cometam crimes não condizentes com o cargo que ocupam.

Quando apanhados em crimes e delitos de grande repercussão, dos quais os cidadãos comuns jamais se livrariam, esses eternos senhores são punidos com aposentadoria compulsória, recebendo salário integral e outras prebendas como reparação a expulsão do paraíso. Muitos são os casos de escândalos ocorridos nesses postos, poucas as punições e nenhuma iniciativa para pôr fim a esses privilégios, já que eles, contribuem direta ou indiretamente para dar cobertura também aos malfeitos das elites.

Esse é o caso, por exemplo, de ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais e da União, que, em tese, deveriam fiscalizar os gastos públicos da classe política e dos dirigentes em geral, mas que agem para impedir que os crimes contra o patrimônio público sejam devidamente apurados e punidos.

Somente no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), toda a cúpula do órgão foi afastada e presa por denúncias de corrupção em 2017, na Operação Quinto do Ouro. Com isso, o caminho para o combate às malversações do erário caberia a esse órgão, mas que já era aberto e franco, ficou com as cancelas totalmente arrombadas, aumentando ainda mais o estado falimentar das finanças públicas da antiga capital.

Obviamente, com as consequências catastróficas que esse fato teve para a saúde pública, para a educação, a segurança e outros serviços necessários à população. Na contramão desse saneamento o STF, onde a vitaliciedade também é direito constitucional, vem pouco a pouco concedendo habeas corpus a esses conselheiros, permitindo que eles regressem aos cargos no Tribunal de Contas do Estado.

Por certo, todos irão, cedo ou tarde, retornarem, como retornarão também os casos de corrupção dentro e fora do Tribunal, o que, por sua vez, permitirá também que toda a máquina administrativa daquela unidade da federação volte a ser terra arrasada ou terra de ninguém.

Esperar que qualquer sentença judicial transitada em julgado venha a pôr fim a esse caso é esperar pelo que jamais irá acontecer. A vitaliciedade de uns acoberta e protege a vitaliciedade de outros, e todos vivem felizes para sempre nessa terra do nunca em que se transformou os cargos vitalícios.

A briga de foice que acontece nos bastidores por vagas no supremo, acontece também por vagas do TCU. As razões são sabidas: todos esses cargos levam o contemplado a uma espécie de paraíso na terra, onde as mordomias são infinitas, as obrigações são poucas e os castigos não acontecem. De vitalício para uma República, bastaria a ética.

» A frase que foi pronunciada

“Haverá salvação para um país que se declara ‘deitado eternamente em berço esplêndido’ e cujo maior exemplo de dinâmica associativa espontânea é o carnaval?”

Roberto Campos, economista

Urgência

» Com as chuvas a presença dos agentes sanitários torna-se fundamental. Mas é preciso o reconhecimento do governo para essa importância. Inclusive quanto aos salários pagos. Para cobrir o Lago Sul, não chega a uma dezena o número de agentes. O Lago Norte, onde há surto do mosquito, o Setor de Mansões e a Península Norte não são atendidos adequadamente.

» História de Brasília

Essa é a situação pura e simples do IAPFESP. Dinheiro dado jogado fora, candango ganhado sem trabalhar, e a superquadra com 11 blocos por concluir. (Publicada em 15/02/1962)